

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO  
AUTÓNOMA DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

# RELATÓRIO

---

DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA A RECONDUÇÃO NA  
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SDEA - SOCIEDADE  
PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL DOS AÇORES, EPER.

PONTA DELGADA  
DEZEMBRO DE 2016

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO:	
Entrada: <b>3394</b>	Proc. n.º <b>36-09/1/X1</b>
Data: <b>06/12/30</b>	N.º <b>16.24/1/X1</b>



---

## TRABALHOS DA COMISSÃO

---

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 20 de dezembro de 2016, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de proceder à audição do Dr. Arnaldo Fernandes de Oliveira Machado, indigitado pelo Governo Regional dos Açores para a recondução no cargo de Presidente do Conselho de Administração da SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER.

O *Curriculum Vitae* do Dr. Arnaldo Fernandes de Oliveira Machado fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

---

### 1º. CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO JURÍDICO

---

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.” (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A)

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição.” (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A)

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos.” (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A)



---

## 2º. CAPÍTULO - AUDIÇÃO DO GESTOR INDIGITADO

---

O Deputado Miguel Costa, Presidente da Comissão de Economia, agradeceu a disponibilidade do Dr. Arnaldo Machado, referiu o enquadramento legal que prevê a audição prévia dos indigitados para Presidentes dos Conselhos de Administração das Empresas do Setor Público Regional e informou a metodologia adotada na Comissão relativamente a estas audições.

O Dr. Arnaldo Machado optou por fazer uma intervenção introdutória de enquadramento da sua formação académica, do seu percurso profissional, e posteriormente descrevendo a missão da SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER, bem como o trabalho que desenvolve para concretizar essa missão.

Relativamente à sua formação académica, o gestor indigitado, referiu que tirou inicialmente um Bacharelato em Administração e Contabilidade, de seguida uma Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, e posteriormente uma Pós-Graduação pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, percurso formativo sempre relacionado com a economia e com vida empresarial.

Segundo as informações prestadas e nota curricular, o Dr. Arnaldo Machado, foi Presidente do Conselho Diretivo do Gabinete de Gestão Financeira do Emprego, Contador-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, Diretor Regional do Comércio, Diretor Regional do Comércio, Indústria e Energia, Diretor do Gabinete do Planeamento e Gestão de Incentivos, Diretor Regional de Apoio à Coesão Económica, Diretor Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade, e desde a criação da SDEA, foi Presidente do Conselho de Administração da SDEA.

Paralelamente a esta atividade, foi durante muitos anos, cerca de 25 anos, docente no Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores.



O gestor indigitado, continuou a sua intervenção introdutória, referindo que a SDEA é uma entidade pública empresarial que tem como missão promover políticas públicas que permitam reforçar a competitividades das empresas regionais, devendo ser encarada como um parceiro estratégico dos nossos agentes económicos, pela qual se procurar conceber e executar medidas que permitam reforçar a competitividade das empresas e no fundo estimular a criação de uma cultura empresarial que favorece a progressão das empresas regionais na cadeia de valor.

Afirmou que a SDEA tem uma vertente de atuação na promoção da inovação e do empreendedorismo, tendo sido a entidade que coordenou o Plano Estratégico de Fomento do Empreendedorismo nos Açores. Desenvolvem anualmente um concurso regional de empreendedorismo que procura atrair jovens para o mundo dos negócios e fazer com que os planos que vão a concurso sejam concretizados em iniciativas empresariais.

Ainda no âmbito do empreendedorismo, referiu que desenvolvem um programa inovador, o Empreende Açores, um programa de formação e ação direcionado para os produtos endógenos, para a agropecuária, para as pescas, para a silvicultura, e que tem permitido criar empresas nestas áreas.

Disse que desenvolvem uma iniciativa chamada @PME na tentativa de sensibilizar as empresas regionais para a importância da economia digital, importante fator de competitividade para as empresas.

Em associação com a NONANGON, referiu que desenvolveram todo o processo de criação do primeiro Business Center dos Açores que pretende dar apoio a Startups, empresas que estão a nascer e que ainda não têm as condições necessárias para andar com os seus próprios meios, e que necessitam de uma fase de incubação.

Afirmou que a Rede de Incubadoras dos Açores é importante para a estimulação e criação de uma cultura inovação e criatividade empresarial, sejam elas incubadoras de base local, dinamizadas pelas autarquias locais e que têm muito a ver com estratégias de desenvolvimento local, ou sejam elas incubadoras temáticas, direcionadas para áreas



específicas, ligadas à ciência e tecnologia ou às indústrias criativas, como são o exemplo da incubadora Go-On em São Miguel, e a futura que ficará na Escola do Mar no Faial.

Na área do desenvolvimento empresarial, outra vertente da atividade da SDEA, que tem essencialmente a ver com o apoio direto às empresas que estão no mercado, facultando informações relevantes sobre todo o ciclo de vida da empresa, referiu que criaram uma rede de Gabinetes da Empresa em todas as ilhas, exceto a ilha do Corvo, uma rede franchisada, com o intuito de facultar um atendimento especializado e de qualidade a empresários e a futuros empresários, dando apoio e informação técnica sobre qualquer aspeto do ciclo de vida da empresa, desde a sua criação aos apoios financeiros ao investimentos, benefícios fiscais, a legislação laboral, quais os apoios ao emprego, qual a legislação da segurança social, que tipos de licenciamentos específicos têm de respeitar.

“Este serviço tem sido de grande utilidade, tendo até à data realizado quase 14 mil atendimentos” afirmou o gestor indigitado.

Disse que no Gabinete da Empresa também se executa a certificação eletrónica PME, através de um protocolo com o IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.), a constituição de empresas online, através de protocolo com o IRN (Instituto dos Registos e Notariado).

Quer na sede em São Miguel, quer na delegação na Ilha Terceira, referiu que a SDEA implantou a Loja da Exportação, marca da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), parceiro estratégico da SDEA, onde se pretende ser a “via verde da exportação”, ou seja, dar toda a informação que o agente económico pretenda sobre a exportação de um determinado bem dos Açores para o exterior, bem como todos os requisitos que tem de cumprir. Por outro lado, e como está ligada à rede da AICEP, fomenta contatos com potenciais compradores, em cerca de 70 países do mundo.

O Dr. Arnaldo Machado, afirmou que a SDEA também gere o programa LOJA +, que em áreas demarcadas dos centros urbanos de vilas e cidades, demarcados pelos municípios respetivos, possibilita o apoio a novas atividades que se instalem em espaços



que estavam devolutos, permitindo a revitalização dos centros urbanos, através de apoios à renda e a obras de reabilitação.

Disse que a SDEA também gere uma linha de apoio à reabilitação urbana, que permite apoiar o *spread* bancário de linhas de crédito, com protocolos com 6 bancos, pagando 80% do *spread*, com um limite máximo de *spread* de 6%.

O gestor indigitado, referiu que outra área de atuação da SDEA, é a promoção das potencialidades económicas da região, em estreita ligação com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, num trabalho de complementaridade e de parceria, realizando todos os anos um plano anual de participação em feiras e missões empresariais, feiras nacionais e internacionais, envolvendo também o AICEP e a Associação Industrial Portuguesa (AIP).

Afirmou que a SDEA realizou feiras regionais específicas de produtos e serviços açorianos, nomeadamente em Ponta Delgada, na Praia da Vitória e na Horta, com o objetivo de incrementar e estimular o consumo e a comercialização dos produtos regionais no mercado interno.

Por outro lado, no mercado continental, têm realizado uma série de eventos que tem contribuído para o aumento das vendas de produtos no continente, tendo dado como exemplos a “semana dos açores” (no antigo mercado da ribeira), a parceria com o El Corte Inglés, a campanha em 21 Hipermercados Continente no continente português (mais direcionada a produtos relacionados com a “Marca Açores”), um espaço gourmet no Aeroporto de Lisboa, e o projeto kit açores (um cabaz diversificado de produtos regionais para as lojas gourmet de Lisboa e Porto).

O gestor indigitado, referiu todo o trabalho realizado e desenvolvido para a concretização de um dos objetivos do Governo Regional dos Açores, a criação da Marca Açores, que pretende ser uma marca transversal, marca global de referência, que procura identificar os Açores como uma região com um ambiente limpo, de natureza, com alguma exclusividade, que não é incompatível com um outro patamar, diferente, que é



de um produtor ter Denominação de Origem Protegida, ou ser IGP, de grelha mais exigente e mais seletiva, e que dá um valor acrescentado superior.

Considerou a Marca Açores bastante útil, uma vez que as empresas que ostentam o selo de garantia da Marca Açores são identificadas com a região de origem, beneficiam de campanhas globais sem terem custos, e têm acesso a majorações em alguns subsistemas do COMPETIR +, sendo assim premiadas por cumprir os requisitos e os critérios da Marca Açores.

Afirmou que a área de captação de investimento externo, e que provém da extinta APIA, deve ser tratada com discrição, com reservas, uma vez que até se concretizar o investimento, as pessoas e os investidores exigem descrição e reservas. Neste sentido o papel da SDEA terá de ser de acompanhamento, passo a passo, até a concretização do investimento.

Referiu que a SDEA tem realizado muitas sessões de divulgação de oportunidades de investimento, nomeadamente nos EUA (exemplo da missão que o Presidente do Governo Regional dos Açores realizou na Califórnia), e no Canadá.

Disse que a SDEA tem trabalhado em conjunto com a AICEP e com as Câmaras de Comércio Estrangeiras na divulgação das oportunidades de investimento na Região, alinhados com a estratégia prioritária e definida pelo Governo no RIS3, estratégia de especialização inteligente, (principalmente no turismo, na economia do mar e no setor agropecuário, mas também na área logística e aeroespacial).

“Ainda nesta semana deram entrada dois projetos PIR (Projeto de Interesse Regional), de investimentos externos na área do turismo, o que denota o aumento do investimento privado, que em 2016 foi o dobro de 2015” afirmou o gestor indigitado.

Relativamente a outra área de atuação, e que na opinião do gestor indigitado não tem muita visibilidade, mas que consome muito tempo e recursos, referiu o papel desempenhado pela SDEA na conceção de políticas públicas, medidas de política económica, onde têm a tarefa de preparar legislação e regulamentação, mas que são



depois outros departamentos da administração pública que têm a responsabilidade de os operacionalizar (como por exemplo a conceção da nova política dos sistemas de incentivos).

A SDEA conseguiu a aprovação do subsistema de incentivo à internacionalização, que comparticipa despesas de funcionamento das empresas, que são muito importantes para reforçar a competitividade das nossas empresas, que pretende dar um impulso importante ao acesso aos mercados externos.

Referiu que regulamentaram, pela primeira vez, os benefícios fiscais contratuais, que criam para determinado tipo de investimentos incentivos ao nível do IMT, do IMI (redução com concordância das autarquias), e a dedução à coleta do IRC até 90% da matéria coletável, benefício significativo para quem quer reinvestir os lucros e pagar menos IRC.

Disse que a SDEA também preparou este ano a estratégia conducente aos chamados instrumentos financeiros, que são medidas complementares aos incentivos financeiros, capital de risco ou de linhas de crédito com mecanismos de garantia mútua, em conjunto com o IFD (Instituição Financeira de Desenvolvimento), que permitem minimizar os riscos no financiamento dos investimentos.

“Resumidamente é este o trabalho que temos desenvolvido, penso que muitas das medidas tem sido bastante favorável às empresas, tem contribuído para a concretização dos objetivos pretendidos de reforçar a competitividade das empresas e facilitar o desenvolvimento empresarial nos Açores” finalizou o gestor indigitado.

O Presidente da Comissão agradeceu a exposição efetuada, referindo que ficou bem patente que esta seria uma recondução no cargo, pelo conhecimento de causa demonstrado ao longo da exposição realizada.

O Deputado Carlos Silva felicitou o Dr. Arnaldo Machado pela sua indigitação para recondução no cargo, referiu que a análise e introdução que realizou revela conhecimento do setor, e daquilo que tem sido feito nos últimos 3 anos, ao serviço das





empresas dos Açores, reflexo de mais de 20 anos de acumulação de experiência profissional e formação académica na área.

Questionou o gestor indigitado sobre o quadro de pessoal da SDEA e respetivo orçamento, e o que tem sido feito em concreto para a redução dos custos de contexto das empresas. Por último, perguntou, qual era o ponto de situação e diligências que estão a ser tomadas relativamente ao PREIT (Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira).

O gestor indigitado, respondeu que a SDEA tem sede em Ponta Delgada, tem uma delegação na Ilha Terceira, que o quadro de pessoal inicial era mais reduzido, porque não tinham tantas competências e solicitações como as que temos agora, não tínhamos a Marca Açores, pelo que a partir dessa altura tivemos de admitir mais alguns colaboradores. A SDEA tem uma equipa muito motivada, altamente qualificada, com cerca de 28 colaboradores, perfeitamente ajustado às necessidades, bem dimensionado face às suas atribuições e competências.

Em relação ao Orçamento referiu que em 2014 a SDEA teve um orçamento de um milhão e novecentos mil euros, em 2015 dois milhões e duzentos e noventa e cinco mil euros, e em 2016 um orçamento de dois milhões e quatrocentos e cinquenta mil euros, valores semelhantes, mas que face a algumas campanhas da Marca Açores de promoção dos produtos regionais, em 2016 resultou num orçamento superior aos anteriores.

Quanto à redução de custos de contexto das empresas, afirmou ser um trabalho fundamental, porque os custos de contexto constituem uma barreira importante que, por vezes, entrava a competitividade das empresas, e ainda existe muita burocracia, que não é só papel, pelo que é necessária uma luta permanente de estar constantemente a simplificar e agilizar procedimentos.

Referiu o Licenciamento 0, o Licenciamento Industrial, no COMPETIR+, em que pela primeira vez as candidaturas são totalmente desmaterializadas, feitas eletronicamente, aberto 365 dias por ano, 24 horas por dia, como exemplos do trabalho desenvolvido.



Disse que o Gabinete da Empresa também desempenha um papel importante na redução de custos de contexto, nomeadamente ao dar apoio gratuito às empresas, como é o caso da constituição da empresa online, ou facultar rapidamente informação sobre o ciclo da empresa.

Em relação ao PREIT, respondeu que a SDEA é a entidade coordenadora e que faz a monitorização das medidas previstas no plano, rondando os 82% o grau de execução do PREIT, e que a medida que tem sido mais trabalhada no âmbito da SDEA, é a criação de uma zona económica especial, Azores Business Center, que pela via de criação de benefícios fiscais específicos e pela criação de condições de natureza institucional visam dar um impulso importante na economia da Ilha Terceira e da Região.

Informou ainda que, este ano, foi adjudicado um estudo ao ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão), que está a ser coordenado pelo Prof. Azevedo Pereira, com o intuito de demonstrar que a criação Azores Business Center vai trazer benefícios significativos para a economia regional e da Ilha Terceira, sem por em causa as regras de concorrência que tem de vigorar no espaço da Comunidade Europeia. Após a conclusão do estudo, o Governo dos Açores tem de articular com o Governo da República e instruir junto da Comunidade Europeia uma candidatura.

O Deputado António Vasco cumprimentou o Dr. Arnaldo Machado e afirmou que de acordo com os critérios definidos pelos deputados do PSD, que são relevantes para o exercício da Presidência da SDEA, este cumpre com todos, tem formação académica adequada, tem experiência no setor, tem um profundo conhecimento quer ao nível empresarial, quer ao nível da administração pública, preenchendo desse modo todos os requisitos, felicitando o indigitado pela recondução no cargo.

O Deputado António Almeida renovou as felicitações ao gestor indigitado, desejando sucesso na continuação de um trabalho muito importante para o futuro da economia regional.

Referiu que na Agroindústria apesar de termos alguma dimensão relativa, nomeadamente nos laticínios, não temos massa crítica para estar em determinados



mercados. Os lacticínios dos açores vivem hoje um constrangimento, que resulta de uma situação europeia e internacional, mas convivem num mercado nacional de baixo rendimento, com dificuldade em valorizar os produtos de notável qualidade, e que por isso, as empresas regionais têm dificuldades para libertar os recursos necessários para promoverem determinados investimentos, muitas das vezes importantes, no processo da internacionalização.

Considerou que uma das limitações que existe atualmente é a reduzida dimensão para se fazerem estudos de mercado, em mercados internacionais, que possam ter potencial de colocação de produtos de lacticínios ou outros produtos açorianos, questionando o Dr. Arnaldo Machado, relativamente aos apoios que possam existir para estudos de mercado, numa perspetiva de internacionalização dos produtos dos Açores, qual o papel da SDEA, e se as empresas podem contar com ela para estudarem mercados internacionais.

Questionou que apoios existem para a valorização dos produtos em mercados internacionais, uma vez que, para chegarem a esses mercados, as empresas, têm de ponderar aspetos de inovação em termos de produção, diversificação de produtos que possam acrescentar valor nesses mercados.

Relativamente à componente da comercialização, perguntou se um conjunto de empresas pretenderem a criação de uma cadeia ou rede de lojas dedicados à comercialização de produtos açorianos, uma forma de concentrar produtos diversificados, qual o enquadramento de apoios a estas empresas.

Finalizando, referiu que foi contactado por empresários da Califórnia, que já trabalham com produtos espanhóis, e que querem importar produtos dos Açores, questionou com quem devem contactar para agilizar as suas pretensões.

O gestor indigitado, em relação à possibilidade de se apoiar investimentos na agroindústria, respondeu que eles têm enquadramento no PRORURAL +, mas também poderão ter no COMPETIR +, para isso tem de ter enquadramento no alargamento da



base económica de exportação e têm de ser investimentos acima dos 4 milhões de euros, que decorre das próprias regras do FEDER e FEADER, com taxas bastantes atrativas.

Respondeu que para a progressão na cadeia de valor, introdução de inovação e criação de valor acrescentado nos produtos, existe um outro subsistema de incentivo, o da qualificação e inovação, que serve para a certificação da qualidade, a inovação tecnológica, a eficiência energética, todos fundamentais para aumentar a competitividade dos produtos.

Relativamente aos estudos de mercado, informou que estes são passíveis de enquadramento no subsistema de incentivos à internacionalização, que pretende apoiar campanhas promocionais, estudos de prospeção de mercados, parcerias entre empresas para reforçar a competitividade externa, parcerias entre empresas e a universidade, e instituições do sistema científico e tecnológico, e nomeadamente apoiar estudos de internacionalização com taxas de comparticipação que podem ir até 65% a fundo perdido.

Quanto à possibilidade de os produtos poderem ser exportados para a Califórnia, afirmou que a SDEA existe para receber as pessoas, que estaria de portas abertas, disponível para dar todo o apoio necessário no encaminhamento dessa intenção de exportação.

O Deputado António Almeida, utilizando o seu direito de réplica, constatou que em praticamente todas as respostas, o Dr. Arnaldo Machado, encaminhou sempre para os sistemas de incentivos, questionando se a SDEA não desempenha nenhum papel ativo nestes casos.

O Dr. Arnaldo Machado respondeu que a SDEA interage na divulgação e informação das medidas e dos apoios, mas que a entidade gestora dos sistemas de incentivos é a DRAIC (Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade).

A Deputada Catarina Cabeceiras começou por desejar, ao gestor indigitado, os maiores sucessos no desempenho das suas funções para o bem das empresas regionais, para o



aumento da competitividade e da inovação, visando assim a criação de novos negócios, mas também mantendo aqueles que já existem, de forma a valorizar a nossa economia regional e fomentando a criação de emprego.

Questionou se a SDEA veio colmatar as falhas que existiam na Agência para a Promoção do Investimento dos Açores (APIA), e no Conselho Regional de Incentivos quais as medidas que foram conseguidas.

Relativamente à rede de Gabinete das Empresas, perguntou se o Dr. Arnaldo Machado considera que está cumprido o seu propósito de simplificar os procedimentos, apoiando efetivamente os empresários, que melhorias se poderia fazer nesta rede, e no caso concreto de São Jorge, gostaria de saber o número de empresas que foram apoiadas e acompanhadas pelo Gabinete da Empresa.

Questionou o gestor indigitado relativamente à Marca Açores, pretendendo saber que investimento estrangeiro foi captado com a Marca Açores e que mercados efetivamente se conseguiram, uma vez que os objetivos e das atribuições da SDEA é fomentar o alargamento da base de exportação dos produtos regionais, e uma vez que temos tido dificuldades de escoamento do Queijo de São Jorge, que medidas se conseguiram e perspectivas de futuro para reduzir este problema de escoamento do produto.

O Dr. Arnaldo Machado considerou que a SDEA tem ido ao encontro da sua missão, tendo sido útil criar uma entidade com esta natureza, natureza inovadora, com o papel de conceber medidas de política pública, que depois são operacionalizadas pela administração pública regional, e coexistir isso, com o papel de execução em outras áreas operativas.

Referiu que se concentrou também na atividade da SDEA algumas sinergias, por um lado, tentar captar investimento externo, mas também por outro, promover as potencialidades económicas da região no exterior e com isso contribuir para o alargamento da base económica de exportação, desde logo com o COMPETIR +, que privilegia a economia de bens transacionáveis, aqueles investimentos que contribuem para o aumento das exportações, e por outro lado com o subsistema de incentivo à



internacionalização, concretizado para reforçar a competitividade externa das empresas, nomeadamente comparticipando o acesso aos mercados, ou seja, contribui para os custos de transporte marítimo e aéreo dos produtos regionais para o exterior dos Açores, pagando 90% a fundo perdido dos custos de transporte, dentro dos limites máximos definidos por entidades, sendo este um exemplo de apoio ao Queijo de São Jorge.

Depois, cumulativamente a estes, podem ter apoios para campanhas de promoção, na conceção de rótulos e embalagens, nos estudos de internacionalização, sendo uma boa oportunidade para os nossos produtos reforçarem a sua presença em mercados externos e serem mais competitivos.

Em relação à questão colocada entre a relação da Marca Açores e a captação de investimento estrangeiro, pensa que a Marca Açores não foi criada para captar investimento estrangeiro, foi para promover os produtos regionais, com uma marca global de referência, transversal a toda a produção regional, e no fundo acrescentar valor aos produtos que ostentam o selo da Marca Açores. A captação de investimento externo é realizada de outra forma e não através da Marca Açores que contribui para o alargamento da nossa base económica de exportação e para o incremento das vendas dos nossos produtos quer no exterior, quer no mercado interno (onde temos assistido a um maior consumo interno dos nossos produtos).

Relativamente ao Gabinete de Empresa de São Jorge respondeu que não possuía os números de atendimentos específicos por ilhas, só tendo o valor global para os Açores, e que depois poderá facultar se assim entender.

A Deputada Catarina Cabeceiras, utilizando o seu direito de réplica, perguntou qual o *feedback* da participação em feiras e da promoção da Marca Açores.

O gestor indigitado, respondeu que a SDEA tem realizado inquéritos aos agentes económicos que passaram a ostentar o selo da Marca Açores nos seus produtos e na generalidade o sentimento é muito positivo, referindo que conseguiram incrementar as vendas a partir do momento que passaram a usufruir do selo da Marca Açores.



O Deputado Paulo Mendes considerou que a SDEA é uma executante das políticas deste Governo Regional, solicitando um esclarecimento relativamente ao Azores Business Center, nomeadamente sobre ao nome do Professor do ISEG que está a conduzir o estudo, e se esse estudo terá o impacto dessa zona especial fiscal na Ilha Terceira, e para quando a sua entrega.

Disse que relativamente aos acordos de livre comércio, com o Canada e com os EUA, tendo estes sido vistos pelos responsáveis da região como acordos positivos para os Açores, considerando até, que é uma forma de introduzir os nossos produtos nos mercados norte americanos, mas que na realidade temos de considerar que essa abertura é realizada para os dois lados, ficando os Açores sujeitos à atuação de multinacionais.

Questionou, o Dr. Arnaldo Machado, como pode a região preparar os seus micro e pequenos empresários para fazer face a uma futura intervenção de multinacionais no nosso mercado.

O gestor indigitado, respondeu que em relação ao ABC, zona económica especial na Ilha da Terceira, a pessoa que está a coordenar o estudo é o Prof. Azevedo Pereira. O estudo está a ser ultimado, e que provavelmente poderá ser entregue antes do final do ano, mas seguramente pelo menos no mês de janeiro, sendo este necessário para instruir a candidatura à União Europeia.

Relativamente aos acordos de livre comércio, com o Canadá e com os EUA, afirmou ter tido conhecimento de um estudo sobre o possível acordo com os EUA, recentemente em sessão pública no Teatro Micaelense, onde a Universidade dos Açores, através do Departamento de Economia e Gestão fez um estudo, bastante credível e com bastante sustentabilidade do ponto de vista científico, sobre o acordo bilateral, considerando que isso facilita a colocação de produtos para os dois lados, mas apontou que existiria um impacto positivo sobre o PIB da Região Autónoma dos Açores à volta de 1%. Relativamente ao acordo com o Canadá referiu não ter conhecimento de nenhum estudo que reflita os seus efeitos na economia açoriana.



O Deputado António Vasco considerou que nos últimos anos na região falhou a falta de investimento externo, situação penalizadora, sobretudo porque as empresas regionais estão muito descapitalizadas, e por isso questionou sobre a estratégia da SDEA para minimizar essa situação e se têm os recursos adequados às exigências dos investidores externos.

Questionou o gestor indigitado se existe garantias de disponibilidade e a respetiva cobertura por parte do orçamento regional, para fazer face ao acréscimo de candidaturas que se prevê, com a entrada do novo quadro comunitário e com o aumento e maior facilidade de acesso ao crédito.

O Deputado Carlos Silva referiu que pela análise que realizamos ao relatório e contas de 2015 da SDEA constam diversos projetos de interesse regional que foram acompanhados por aquela empresa pública, o que evidencia a presença, o apoio e o acompanhamento efetuado pela SDEA e o investimento externo realizado nos últimos anos na região.

Afirmou que numa conjuntura menos favorável ao investimento, foram realizados nos últimos anos alguns investimentos importantes e estratégicos na economia regional, um dos quais visitamos recentemente na Ilha Graciosa, onde foi realizado um investimento com capital externo na empresa Gracióllica, que também foi acompanhada pela SDEA como projeto de interesse regional.

Finalizou a sua intervenção, perguntando quais as metas e os objetivos que a SDEA tem para os próximos anos, face ao que ainda falta fazer e suas prioridades para o futuro.

O Dr. Arnaldo Machado respondeu ao Deputado Antonio Vasco, que era essencial conseguir atrair investimento externo associado em complementaridade com investimento privado de origem interna, e dessa forma possam diversificar a economia regional. Mas afirmou que era uma tarefa difícil, porque quando se trabalha o investimento externo estamos a competir com todo o mundo, na sua globalidade.

“O que podemos e devemos fazer? Ter a capacidade de demonstrar as nossas vantagens competitivas, porque vale a pena investir aqui, e criar um ecossistema que torne muito





mais atrativo investir nos Açores do que noutros sítios, essencialmente com sistemas de incentivos ao investimento, mas também com benefícios fiscais muito atrativos e que perduram no tempo” disse o gestor indigitado.

Referiu que se tem trabalhado muito na maximização das potencialidades da Lei das Finanças Regionais, que tem permitido criar benefícios fiscais e medidas de apoio à criação de emprego, trabalho que tem de continuar no tempo, criando um ambiente que seja o mais atrativo possível ao investimento externo.

Relativamente à equipa e recursos da SDEA respondeu que têm uma equipa muito qualificada, obviamente reduzida, e que por isso têm de escolher alguns mercados, definindo os mercados prioritários.

Quanto à questão colocada relativamente ao acréscimo de candidatura ao COMPETIR + e se vai haver orçamento disponível para assegurar o financiamento dos projetos, afirmou: “creio que sim, a avaliar pelo que se passou pelos quadros comunitários anteriores, nunca houve falta de financiamento para candidaturas apresentadas, não tenho qualquer indicio que me leve a crer que não haja possibilidade de financiar projetos que são candidatos ao COMPETIR +.”

O Dr. Arnaldo Machado respondeu, ao Deputado Carlos Silva, que a SDEA tem de dar continuidade a algumas medidas no tempo, nomeadamente medidas de promoção da inovação e do empreendedorismo, da promoção das potencialidades económicas da região, e que noutras deverão ser introduzidos necessários ajustamentos, como por exemplo na política de incentivos ao investimento, porque é uma política de médio prazo (ao longo de 7 anos é sempre necessário corrigir alguns aspetos).

Afirmou que quer que a SDEA seja encarada como uma entidade que procurar criar um ambiente amigo das empresas, que procura estimular uma cultura empresarial, que facilite as empresas a progredir na cadeia de valor, que possam ir para patamares cada vez mais altos de qualidade dos produtos e serviços que oferecem, apostando sempre na qualidade, diferenciação e inovação uma vez que não se pode competir por quantidade.



“Se tivermos, e penso que temos, a capacidade de fazer políticas públicas neste sentido, podemos dar um contributo muito positivo e importante para a economia regional” finalizou o gestor indigitado.

O Presidente da Comissão agradeceu a presença do Dr. Arnaldo Machado, bem como os esclarecimentos prestados, desejando os maiores sucessos no desempenho das suas funções em prol da economia açoriana.

---

### 3º. CAPÍTULO - POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

---

#### **PS**

O Grupo Parlamentar do PS manifesta parecer favorável à indicação do Dr. Arnaldo Fernandes de Oliveira Machado para a recondução no desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração da SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER.

#### **PSD**

O Grupo Parlamentar do PSD manifesta parecer favorável à indicação do Dr. Arnaldo Fernandes de Oliveira Machado para a recondução no desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração da SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER.

#### **CDS-PP**

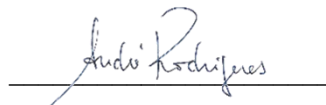
A nomeação do Dr. Arnaldo Machado para o desempenho das funções de Presidente do Conselho de Administração da SDEA é da responsabilidade do Governo Regional dos Açores, sendo o parecer desta Comissão não vinculativo e como tal esta audição é apenas e só uma mera formalidade.



**BE**

O Grupo Parlamentar do BE manifesta parecer favorável à indicação do Dr. Arnaldo Fernandes de Oliveira Machado para a recondução no desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração da SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER.

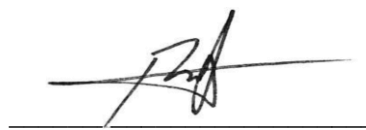
O Relator

  
André Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Anexo ao relatório o *Curriculum Vitae*.

O Presidente

  
Miguel Costa

## CURRICULUM VITAE

### DADOS BIOGRÁFICOS:

**Nome:** Arnaldo Fernandes de Oliveira Machado

**Data de Nascimento:** 4 de Julho de 1959

**Nacionalidade:** Portuguesa

### HABILITAÇÕES LITERÁRIAS:

- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores.
- Pós Graduação pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.

### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

- Presidente do Conselho de Administração da SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER, desde Março de 2013.
- Diretor Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade entre Dezembro de 2008 e Novembro de 2012.
- Diretor Regional de Apoio à Coesão Económica entre Dezembro de 2004 e Novembro de 2008.
- Diretor do Gabinete do Planeamento e Gestão de Incentivos de Novembro de 1996 a Novembro de 2004.
- Diretor Regional do Comércio, Indústria e Energia de Abril de 1993 a Outubro de 1996.
- Diretor Regional do Comércio de Fevereiro de 1991 a Março de 1993.
- Contador- Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de contas de Janeiro de 1989 a Janeiro de 1991.
- Prêsidente do Conselho Directivo do Gabinete de Gestão Financeira do Emprego de Abril de 1987 a Dezembro de 1988.

## **OUTRAS ACTIVIDADES:**

- Docente do Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores entre Outubro de 1984 e Março de 2009, tendo lecionado as cadeiras de Econometria e Política Económica.
- Assistente convidado da Universidade da Madeira em 1999 e 2000, onde lecionou a cadeira de Política Económica e Monetária.
- Administrador não executivo da APIA – Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, EPE, até Setembro de 2009.
- Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Ilhas de Valor, SA. Até Fevereiro de 2009.
- Presidente do CRI – Conselho Regional de Incentivos.
- Membro do CROP – Conselho Regional de Obras Públicas
- Representante da Região Autónoma dos Açores na Comissão de Acompanhamento do COMPETE - Programa Operacional de Fatores de Competitividade.
- Presidente da Assembleia Geral da associação Nonagon – Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel desde 7 de agosto de 2013.